

abpi.empauta.com

Brasília, 19 de janeiro de 2026 às 07h53

Seleção

Sumário

Migalhas

Mudanças na disputa por nomes empresariais e papel da Junta Comercial	3
Voz, imagem e IA: O direito autoral diante de uma nova tecnológica	5

Época Negócios - Online

Wikipedia firma acordo com Microsoft, Meta e Amazon, que vão usar seu conteúdo para treinar IA.... ..	7
---	---

Consultor Jurídico

Danos morais por violação de marca são presumidos, diz TJ-SP	9
Direito da Propriedade Intelectual precisa de uma teoria quântica	10

A Tarde - Últimas Notícias

Queijos e bebidas famosas podem mudar de nome no Brasil; entenda	12
--	----

Mudanças na disputa por nomes empresariais e papel da Junta Comercial



Ampliação do poder decisório das Juntas Comerciais redefine estratégias de proteção e defesa do nome empresarial.

Mudanças na disputa por nomes empresariais e o novo papel da Junta Comercial Fernanda Regina Negro de Oliveira Maluf Ampliação do poder decisório das Juntas Comerciais redefine estratégias de proteção e defesa do nome empresarial. sexta-feira, 16 de janeiro de 2026

Atualizado às 10:44

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Nos últimos meses, a disputa por nomes empresariais deixou de ser um tema restrito ao registro formal de atos societários e passou a ocupar posição central na estratégia jurídica das empresas.

A ampliação da atuação das Juntas Comerciais, que agora ultrapassa o papel tradicional de simples arquivamento para alcançar a análise de conflitos envolvendo identidade, semelhança e uso indevido de nomes, redesenha o equilíbrio entre eficiência administrativa, concorrência e segurança jurídica, além de ampliar os instrumentos administrativos disponíveis para repressão a usos indevidos.

O tema, tradicionalmente restrito à técnica registral, ganhou contornos estratégicos e o nome empresarial vem se tornando um ativo intangível central, capaz de concentrar reputação, credibilidade e valor

econômico. Não por acaso, conflitos envolvendo nomes empresariais semelhantes ou coincidentes

com marcas registradas tornaram-se frequentes, e potencialmente mais complexos, a partir da nova normativa.

O nome empresarial é o que identifica o empresário individual ou a sociedade empresária no exercício de suas atividades e produz efeitos jurídicos a partir do arquivamento dos atos constitutivos na Junta Comercial. Sua proteção, como regra, é territorialmente limitada à unidade federativa em que se deu o registro, podendo ser estendida a outros Estados mediante requerimento específico do interessado.

A marca, por sua vez, registrada perante o **INPI**, goza de proteção nacional, mas restrita ao ramo de atuação. Essa diferença estrutural sempre exigiu do intérprete a ponderação entre os princípios da territorialidade, da anterioridade e da especialidade, o que a IN DREI 1/25 faz é apenas deslocar parte dessa ponderação, antes reservada quase que exclusivamente ao Poder Judiciário, para a esfera administrativa das próprias Juntas Comerciais.

O art. 15 da Instrução Normativa é emblemático ao vedar o registro de nomes empresariais idênticos ou semelhantes não apenas aos já arquivados na própria Junta, como já era a regra, mas também àqueles registrados em outros órgãos como, por exemplo, o **INPI**, inclusive quando contenham expressões de fantasia incomuns ou de notório conhecimento público, uma das alterações relevantes em relação ao regime anterior.

Além disso, a norma confere às Juntas Comerciais competência expressa para instaurar processos administrativos, promover bloqueios cadastrais e, em situações mais graves, cancelar registros empresariais.

Isso porque, nos termos do art. 21, constatado erro na composição do nome empresarial, inclusive por semelhança ou identidade em afronta aos princípios da veracidade e da novidade, é dever da junta instaurar procedimento administrativo, que também pode ocorrer por provocação de interessado, com

possibilidade de bloqueio do cadastro do empresário ou da sociedade.

Mais sensível ainda é a previsão do art. 22, que autoriza o presidente da junta a cancelar o registro quando evidenciada a prática de fraude no uso indevido do nome empresarial, com o objetivo de lesar terceiros de boa-fé. A medida, embora necessária para coibir práticas oportunistas, eleva o grau de intervenção administrativa sobre situações que, não raro, envolvem análises jurídicas complexas e disputas concorrenciais sofisticadas.

Nesse contexto, a atuação da Junta Comercial deixa de ser meramente formal e passa a incorporar juízos substanciais sobre confusão mercadológica, concorrência desleal e eventual desvio de clientela. O ganho em eficiência é inegável, mas o risco de insegurança jurídica também se apresenta.

Além disso, talvez um dos aspectos mais pragmáticos da nova regulamentação esteja na ênfase à prevenção, na medida em que o art. 20, §3º, da Instrução Normativa permite que o empresário, mesmo sem abertura de filiais, requeira a extensão da proteção do nome empresarial a outras unidades da federação. Essa ferramenta ainda é pouco explorada, mas extremamente relevante em um mercado nacionalizado e digital, no qual a atuação empresarial transcende fronteiras estaduais com facilidade.

A adoção dessa estratégia reduz significativamente o risco de registros oportunistas em outros Estados e fortalece a posição jurídica do titular do nome em eventuais disputas futuras.

A IN DREI 1/25 sinaliza uma mudança de paradigma na tutela do nome empresarial no Brasil e, ao ampliar o controle administrativo e permitir o diálogo com registros de outros órgãos, a norma busca responder a uma realidade econômica mais dinâmica e integrada.

O desafio agora está em equilibrar eficiência administrativa e segurança jurídica. Para empresários e advogados, o recado é claro, o nome empresarial deixou definitivamente de ser um detalhe formal do contrato social para assumir papel central na estratégia jurídica e concorrencial das empresas, protegê-lo, monitorá-lo e defendê-lo tornou-se imprescindível.

Fernanda Regina Negro de Oliveira Maluf Sócia especialista no Escritório Ernesto Borges, atua no contencioso estratégico e consultivo. LLM em Direito Empresarial pela FGV e em Direito Societário pelo Insper. Professora universitária.

Ernesto Borges Advogados

Voz, imagem e IA: O direito autoral diante de uma nova tecnológica



A tecnologia muda o cenário criativo, mas não altera a essência do direito. A proteção à identidade e à autoria permanece baseada no uso humano.

Voz, imagem e IA: O direito autoral diante de uma nova fronteira tecnológica Luciano Andrade Pinheiro A tecnologia muda o cenário criativo, mas não altera a essência do direito. A proteção à identidade e à autoria permanece baseada no uso humano. sexta-feira, 16 de janeiro de 2026

Atualizado às 10:47

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A inteligência artificial deixou de ser um experimento de laboratório para se tornar uma ferramenta cotidiana. Hoje, é capaz de gerar textos, imagens, vozes e músicas em poucos segundos. Esse avanço, no entanto, trouxe à tona uma questão jurídica central: até que ponto o ordenamento jurídico atual é capaz de responder aos conflitos decorrentes do uso da IA? Do ponto de vista do direito de **propriedade intelectual**, a resposta é menos dramática do que muitos imaginam.

A voz humana, assim como a imagem, constitui um atributo da personalidade - uma extensão direta da identidade do indivíduo. A lógica jurídica aplicada ao uso indevido da imagem deve, portanto, ser a mesma aplicada à reprodução ou imitação da voz por meio de inteligência artificial. Se é ilícito, por

exemplo, criar uma ilustração comprometedora a partir da imagem de alguém sem autorização, o

mesmo raciocínio se aplica ao uso de IA para imitar a voz de uma pessoa, especialmente quando houver intuito depreciativo ou exploração comercial.

Nesse contexto, pouco importa se o meio utilizado é inovador. A ilicitude não está na tecnologia em si, mas no uso que dela se faz. A inteligência artificial é apenas uma ferramenta; a responsabilidade decorre da conduta humana que a aciona.

Quando se avança para o campo da criação musical por IA, surgem discussões ainda mais sofisticadas. A lei de direitos autorais brasileira é de 1998, período em que a inteligência artificial não estava disponível ao público, o que naturalmente gera lacunas normativas. Ainda assim, o sistema jurídico oferece respostas. Dentro da lógica atual de proteção autoral, quem formula o prompt, isto é, quem dirige criativamente a ferramenta, tende a ser considerado o autor da obra resultante.

Essa regra, contudo, não é absoluta. Os termos de uso das plataformas de IA podem estabelecer disciplina diversa, atribuindo ao desenvolvedor os direitos patrimoniais sobre tudo o que for produzido por aquela ferramenta. Nesses casos, a titularidade não decorre diretamente da lei, mas da autonomia privada e da aceitação contratual pelo usuário.

Um debate que tende a ganhar cada vez mais espaço diz respeito à responsabilidade dos desenvolvedores de IA pelos usos inadequados da tecnologia que causem prejuízo a terceiros. Embora, atualmente, a responsabilização recaia majoritariamente sobre o usuário final, é possível vislumbrar uma tendência de ampliação desse dever, especialmente quando houver falhas na adoção de mecanismos mínimos de controle, prevenção ou mitigação de riscos.

Pessoalmente, entendo que esse será um dos principais eixos de evolução do direito aplicado à inteligência artificial. Não se trata de frear a inovação, mas de reconhecer que ferramentas extremamente poderosas exigem padrões proporcionais de dili-

gência.

O Judiciário brasileiro, ao contrário do que muitas vezes se afirma, está apto a enfrentar essas questões. A inteligência artificial não rompe com os fundamentos da responsabilidade civil. Se o uso

inadequado de uma ferramenta gera dano a terceiro, permanecem presentes os elementos clássicos da responsabilização: conduta, dano e nexo causal. A tecnologia apenas altera o cenário fático, não a estrutura jurídica.

Além disso, as legislações de direito autoral, no Brasil e no mundo, guardam grande semelhança por derivarem de convenções internacionais. Isso significa que as soluções adotadas internamente tendem a dialogar com modelos já em construção em outros países, reforçando a segurança jurídica e a previsibilidade.

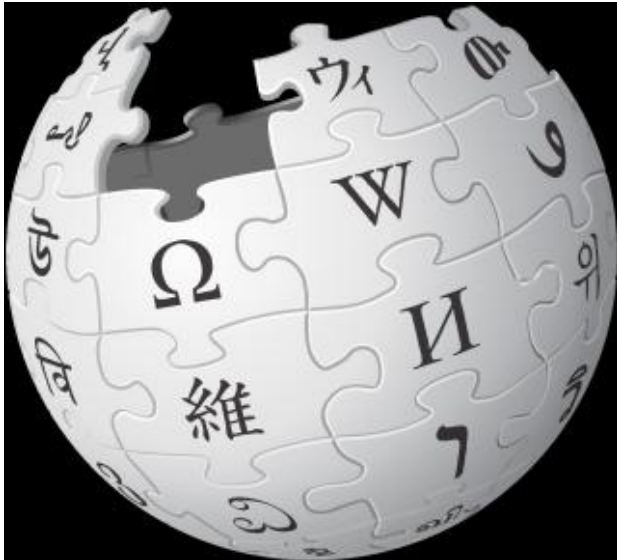
O verdadeiro desafio, portanto, não está em criar um novo direito do zero, mas em interpretar, com

rigor técnico e sensibilidade contemporânea, princípios que já existem. A inteligência artificial inaugura uma nova fronteira tecnológica, mas a responsabilidade jurídica continua tendo um nome antigo: uso consciente e respeito aos direitos de terceiros.

Luciano Andrade Pinheiro Advogado. Graduado pela Universidade Federal da Bahia. Professor de Direito Autoral. Autor de artigos jurídicos. Pales-
trante. Perito judicial em **propriedade intelectual**. Foi assessor de técnica legislativa na Câmara dos Deputados, diretor adjunto da Escola Superior da Advocacia da OAB/DF e vice-presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Brasil/DF.

Corrêa da Veiga Advogados

Wikipedia firma acordo com Microsoft, Meta e Amazon, que vão usar seu conteúdo para treinar IA. Veja os pontos controversos



Parceria também foi firmada com as startups Perplexity e Mistral. Google já usa informações da enciclopédia on-line desde 2022

A Wikipedia anunciou novas parcerias comerciais com Microsoft, Meta, Amazon e startups de inteligência artificial (IA) como a americana Perplexity e a francesa Mistral para permitir o uso de seus dados para treinamento de modelos de IA em troca de pagamento.

Este é um passo inédito da Fundação Wikimedia, operadora da enciclopédia on-line, para transformar em receita a crescente dependência das grandes empresas de tecnologia em relação a seu conteúdo.

O movimento marca uma mudança relevante no modelo de financiamento da Wikipedia, que historicamente depende de doações do público. Com o avanço da inteligência artificial generativa, empresas passaram a utilizar em larga escala os mais de 65 milhões de artigos da enciclopédia digital, disponíveis em mais de 300 idiomas, como base de dados para treinar seus sistemas.

Desde 2022, a fundação já mantinha um acordo com o Google, da Alphabet, e agora amplia sua estratégia ao oferecer um produto corporativo específico para empresas de tecnologia. A solução permite que companhias tenham acesso estruturado ao conteúdo sob pagamento, garantindo previsibili-

dade de receita para a Wikimedia.

Em entrevista à Reuters, a presidente da Wikimedia Enterprise, Lane Becker, destacou que a ideia da parceria é que as empresas passem a contribuir financeiramente para a sustentabilidade do ecossistema que alimenta seus próprios produtos.

Hoje, cerca de 250 mil editores voluntários em todo o mundo são responsáveis por escrever, revisar e checar os conteúdos da plataforma, o que frequentemente levanta dúvidas sobre a precisão das informações nos verbetes.

Maior estabilidade A Fundação Wikimedia anunciou ainda a nomeação de Bernadette Meehan, ex-embaixadora dos Estados Unidos no Chile, como nova diretora-executiva da organização. Ela assume o cargo a partir de 20 de janeiro.

A fundação argumenta que o novo modelo pago ajuda a preservar a gratuidade para usuários comuns, ao mesmo tempo em que cria uma fonte estável de financiamento para manter a operação.

Para as empresas de tecnologia, a parceria também tem valor estratégico. Segundo Tim Frank, vice-presidente corporativo da Microsoft, o acesso a dados confiáveis é essencial para o desenvolvimento dos modelos de IA.

Especialista aponta controvérsias Para Sydney Sanches, presidente do conselho de **Propriedade Intelectual** da Federação das Câmaras de Comércio Exterior, o acordo que vai permitir que Microsoft, Meta e Amazon usem conteúdo da Wikipedia para treinar seus chatbots de IA traz uma série de problemas, e vai levantar questionamentos de produtores dos mais diversos tipos de conteúdo.

- De largada, o acordo representa um desvirtuamento da proposta original da Wikipedia de ser um espaço "enciclopédico" elaborado de forma colaborativa, de maneira aberta. Isso não garante a segurança integral das informações - destaca o advogado. - Mas, com isso, a Wikipedia sempre teve a parcimônia da indústria criativa. Autores das mais diversas áreas disponibilizaram artigos sonoros, literários e jornalísticos.

Essa relação com produtores de conteúdo, continua ele, foi alimentada sobretudo pelo fato de a Wikipédia ter uma finalidade informativa mais evidente do que a comercial. Com o conteúdo habilitado a ser objeto de um negócio, diz Sanches, a coisa muda.

- As big techs estão pagando para ter acesso ao conteúdo da Wikipedia. Para titulares de conteúdos protegidos, há um desvirtuamento muito grave. A lei de **propriedade intelectual** é muito clara nesse sentido. Quando o produtor entrega uma licença gratuita (para exibição de seu conteúdo), ela é muito específica, e não para o que se quiser fazer e para comercialização. Nunca com a perspectiva de alimentar negócios de terceiros e sem gerar um

centavo para quem criou esses conteúdos.

Para ele, as duas consequências desse movimento serão:

- O uso do conteúdo fora do combinado não pode gerar prejuízo injustificado para o autor. As empresas da indústria criativa e da informação já litigam com as gigantes de tecnologia, que desenvolvem e treinam seus sistemas de inteligência artificial com finalidade comercial. Não há opção de composição sem resistência - conclui Sanches.

Danos morais por violação de marca são presumidos, diz TJ-SP



Produtor que participou da criação de uma festa eletrônica possui o registro do nome de marca no **INPI** e será ressarcido

vinculação parasitária Dano moral por violação de marca é presumido, decide TJ-SP

O dano moral por violação de marca é presumido. O entendimento é da 1ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, que determinou que uma boate indenize um produtor de eventos pelo uso indevido do nome de uma festa. O colegiado entendeu que o produtor é detentor da marca por ter o registro ativo no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**.

Além disso, os desembargadores rejeitaram o argumento da balada de que o direito do produtor estaria prescrito, porque a festa trocou de nome em 2019, quando o profissional cortou relações com a casa. O novo nome, no entanto, era uma tradução em português da denominação original, o que configurou violação da **propriedade intelectual**.

Segundo os autos, a festa foi criada pelo dono da boate em parceria com o autor da ação e outro produtor. O autor alegou que atuava como DJ e promotor de eventos. Eles romperam a parceria, mas a casa de eventos continuou usando o nome da festa

até 2021, quando trocou pela tradução. Em primeiro grau, o produtor obteve decisão favorável.

Concorrência desleal

As partes apelaram. A boate disse que a participação do autor se restringia ao trabalho como DJ; que o termo usado como nome do evento é genérico e amplamente utilizado no meio musical; que a festa não foi criada pelo autor; e que ele nunca reivindicou direitos sobre a marca durante os 18 anos em que a festa permaneceu ativa.

Já o autor reforçou que os autos demonstram que a criação da festa foi de sua autoria. Ele afirmou que, mesmo com a mudança de nome, a atuação da boate caracterizava "vinculação parasitária".

No TJ-SP, o colegiado manteve a sentença de primeiro grau. "A interpretação doutrinária e jurisprudencial do referido artigo é no sentido de que a reparação do ato de violação da **propriedade industrial** e/ou concorrência desleal não está condicionada à efetiva comprovação do dano, nem à imediata demonstração de sua extensão. Isso porque a prova da violação do direito é bastante difícil, logo, comprovada a concorrência desleal, presumem-se os danos", escreveu o relator, desembargador Tasso Duarte de Melo.

Os desembargadores também afirmaram que, como há registro ativo no **INPI** e a balada e o produtor romperam relações comerciais em 2019, o uso do nome também gerou concorrência desleal. Diante disso, determinaram pagamento de indenização, a título de danos morais, de R\$ 5 mil. A decisão foi unânime.

para ler o acórdão

Processo 1000146-46.2022.8.26.0004

Martina Colafemina É Repórter Da Revista

Direito da Propriedade Intelectual precisa de uma teoria quântica

No século 19, a separação entre o Direito Autoral e a **Propriedade Industrial** operava como linhas paralelas destinadas a jamais se cruzarem

Opinião Direito da **Propriedade Intelectual** precisa de uma teoria quântica

O Direito da **Propriedade Intelectual** (PI) foi erigido sob os pressupostos da mecânica clássica. No século 19, a separação entre o direito autoral - domínio da estética - e a **propriedade industrial** - domínio da funcionalidade - operava como a geometria euclidiana: linhas paralelas destinadas a jamais se cruzarem. O cartesianismo da época impunha rigidez à classificação das criações: ou a obra era puramente artística, ou era meramente utilitária.

Como argumentei em minha tese de doutorado - Direito, Arte e Indústria: o desafio da **propriedade intelectual** na Economia Criativa - , tais categorias já não comportam a complexidade contemporânea. Há décadas, a jurisprudência oscila diante de artigos de moda e design, ora garantindo-lhes proteção autoral, ora restringindo sua tutela a marcas ou desenhos industriais - ou, em muitos casos, negando-lhes qualquer amparo. Essa indefinição gera profunda insegurança jurídica em indústrias bilionárias, responsáveis por milhares de empregos.

Inteligência artificial

O advento da inteligência artificial agrava ainda mais esse cenário. Se o que historicamente justificava o rigor dos direitos autorais - prazos extensos de proteção, dispensa de registro e direitos morais inalienáveis - era a noção romântica de "criação do espírito", como tratar obras geradas por algoritmos? Diante de objetos híbridos e de códigos capazes de mimetizar a expressividade humana, a estrutura clássica entra em colapso. Torna-se indispensável, portanto, um novo paradigma.

Einstein revolucionou a física ao demonstrar a natureza dual da luz: ela pode comportar-se como onda ou como partícula, a depender do experimento. De modo análogo, uma criação na economia contemporânea é simultaneamente expressão intelectual,

que se propaga em rede, e ativo comercial, muitas vezes dotado de funcionalidade concreta.

Na mecânica quântica, Heisenberg demonstrou a impossibilidade de determinar, com precisão absoluta, a posição e a velocidade de uma partícula, pois a incerteza é intrínseca à matéria. Na PI, vivemos dilema semelhante: quanto mais o operador do direito tenta fixar rigidamente o regime jurídico aplicável a uma obra, mais se afasta da compreensão de sua natureza dinâmica, multidisciplinar e de seu impacto socioeconômico.

Gato de Schrödinger

Essa indeterminação remete ao célebre experimento do gato de Schrödinger: antes da medição, as partículas coexistem em superposição de estados. No direito, o colapso da "função de onda" ocorre quando o observador - seja o **Inpi**, seja o magistrado - sacrifica a natureza multifacetada da criação ao enquadrá-la forçosamente em uma única categoria, em nome da previsibilidade. O enquadramento jurídico torna-se, assim, um retrato estático de um objeto que é, por essência, fluido.

Spacca

O dilema entre categorização e flexibilidade não é novo. No século passado, Ronald Dworkin apontou a insuficiência das regras - submetidas a uma lógica binária (aplicável ou não) - para lidar com a complexidade social, defendendo a centralidade dos princípios como guias da integridade do sistema jurídico. Tércio Sampaio Ferraz Jr., por sua vez, traduz essa tensão na coexistência entre dogmática e zetética: a primeira produz a "certeza artificial" necessária à decisão, enquanto a segunda impede que o Direito se converta em uma "jaula de ferro" incapaz de evoluir.

Até a mecânica quântica reconhece limites. O Tempo de Planck define a escala abaixo da qual as leis conhecidas deixam de operar. Essa natureza "discreta" da realidade explica por que elétrons ocupam níveis específicos de energia, realizando "saltos quânticos" entre estados sem atravessar os espaços intermediários.

Relações humanas

Também nas relações humanas, categorias mínimas são indispensáveis. Como observa Lévi-Strauss, a mente humana opera por meio de oposições binárias. No Direito, essa estrutura serve à racionalidade formal descrita por Max Weber, produzindo previsibilidade e viabilizando o cálculo econômico dos agentes. O problema surge quando essa classificação se torna rígida a ponto de engessar - e, portanto, prejudicar - os próprios mercados que deveria proteger, como ocorre com frequência na indústria da moda.

A analogia entre a mecânica quântica e o direito tampouco é inédita. Pontes de Miranda concebia o suporte fático - um nascimento, uma morte, a assinatura de um contrato - como unidade fundamental apta a deflagrar quanta de eficácia normativa. De modo semelhante, o direito, na prática, opera frequentemente como uma análise de probabilidades - o indesejado, mas onipresente, "talvez".

Pode-se objetar que tais paralelos são imperfeitos, sobretudo à luz da decoerência quântica, segundo a qual propriedades quânticas desaparecem em objetos macroscópicos devido à interação com o ambiente. No entanto, a PI contemporânea regula essencialmente a informação, que opera em uma realidade muito mais próxima de bits e fluxos de dados do que das engrenagens fabris do século 19.

Em um contexto em que a criação se desmaterializa em dados e fluxos algorítmicos, o direito deixa de lidar com a mecânica clássica para disciplinar um mundo em que a incerteza e a dualidade são regras, e não exceções.

Degraus de energia jurídica

A abolição total das categorias de PI é, provavelmente, impossível - e indesejável. Embora a previsibilidade exija unidades de medida, a divisão atualmente vigente é anacrônica. Uma Teoria Quântica da PI não deve buscar o fim das divisões, mas a identificação de categorias mínimas: verdadeiros "degraus de energia jurídica" que permitam saltos seguros entre o autoral e o industrial. Nesse sentido, o Direito da PI deve concentrar-se menos em definir o que a criação é (essencialismo) e mais em compreender como ela interage com o campo socioeconômico (funcionalismo dinâmico).

Se a física precisou abandonar o conforto da mecânica clássica para compreender a luz, talvez o direito precise abdicar de suas certezas categóricas para continuar compreendendo - e regulando - as criações intelectuais.

Luiz Guilherme ValenteÉ Advogado

Queijos e bebidas famosas podem mudar de nome no Brasil; entenda



Tags: mersosul união europeia

Os consumidores de queijos e bebidas devem ficar atentos a algumas mudanças que podem ocorrer nos próximos meses. Segundo o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, nomes tradicionais europeus podem dar adeus a comércio brasileiros.

Dentre os produtos afetados estão parmesão, gorgonzola, mortadella bologna, prosecco e champagne. Além deles, cerca de 358 denominações europeias passarão a ser oficialmente protegidas no território do Mercosul, tendo seu uso proibido em produtos similares que possam induzir o consumidor ao erro.

A medida faz parte do capítulo de **Propriedade Intelectual** do acordo, que estabelece a proteção recíproca das Indicações Geográficas (IGs) e foi assinado pelos Estados-membros da União Europeia em janeiro de 2026.

Entretanto, a medida só deve valer oficialmente a partir de 2027, com períodos de transição que variam de cinco a dez anos para determinados produtos, que terão de ser renomeados e ter seus rótulos reformulados.

Com relação às bebidas, os bares e restaurantes podem continuar utilizando os nomes anteriores nos cardápios, desde que o produto servido seja legítimo ou devidamente importado.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório INPI	1,2,7,8,9
Propriedade Industrial	7,8,9
Propriedade Intelectual	3,4,5,6,7,8,9,10